

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.03.009

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS SALAS DE AULA DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Erica Dantas da Silva*¹

*Davi Milan*²

*Tainara de Sousa Soares*³

*Ânglidimogean Barboza Bidô*⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a importância do intérprete de libras nas salas de aula das séries finais do ensino fundamental. Diante disso, delinea-se a seguinte questão de pesquisa: Qual é a relevância do intérprete de libras no que concerne ao processo de ensino aprendizagem do discente surdo na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental? Metodologicamente, o presente estudo caracteriza-se por ser uma revisão de literatura de cunho bibliográfico cuja abordagem é qualitativa, tendo como referências pesquisas oriundas da literatura científica, nos formatos de artigos, livros, etc., cujas bases pesquisadas foram o *Google Acadêmico* e o *Scielo*. O aporte teórico deste estudo respaldou-se em autores como Araújo e Nascimento (2021), Barbosa (2007), Brasil (2000), dentre outros teóricos que versam sobre o referido tema. Assim, percebeu-se que o intérprete de Libras desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, pois ele atua como um facilitador na comunicação

1 Mestre do Curso de Mestrado em Ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, ericadantasdasilva70@gmail.com.

2 Mestrando em Educação, na Unesp – Câmpus de Marília – SP, davi.milan@unesp.br.

3 Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Campina Grande – PB, tainaradesousasoares@gmail.com.

4 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, anglibbido@gmail.com.

entre este educando e os demais colegas e professores, pois ao traduzir as informações transmitidas oralmente para a língua de sinais, o intérprete possibilita que o aluno surdo tenha acesso completo ao conteúdo educacional, garantindo sua participação ativa nas atividades escolares. Portanto, este profissional contribui para a inclusão social do aluno com surdez, ao permitir a sua inclusão plena na comunidade escolar e no ambiente de aprendizagem, desempenhando uma função fundamental na garantia do direito à educação inclusiva e de qualidade para os alunos com deficiência auditiva.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência auditiva, Intérprete.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a importância da educação e da inclusão no âmbito escolar com estudantes surdos, diante desse viés, refletimos acerca da importância do intérprete de libras nas salas de aula das séries finais do ensino fundamental, em que este profissional se torna indispensável no processo de ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência auditiva, atuando como um facilitador para um melhor ensino dos mesmos.

Partindo desse pressuposto, percebemos que existe um grande déficit em relação ao ensino inclusivo e a presença do intérprete de libras, para auxiliar o aluno na compreensão do conteúdo abordado pelo professor. Sendo assim, segundo Barbosa (2007), a ausência do intérprete de libras na sala de aula para ajudar o aluno dificulta muito o ensino do mesmo no seu desenvolvimento educacional. Gotti (2007), elucida que sem a libras o aluno tem que se concentrar apenas na leitura de lábios e grande parte da mensagem se perde, ou seja, é importante para aquele aluno a presença do intérprete para ajudá-lo.

Partindo dessa análise, constatamos um déficit significativo na oferta de ensino inclusivo e a falta presença de intérpretes de libras, o que compromete o desenvolvimento educacional dos alunos surdos. Barbosa (2007) e Gotti (2007) evidenciam que a ausência desses profissionais dificulta a compreensão do conteúdo, ressaltando que sem a libras, grande parte da mensagem se perde.

Portanto, propomos investigar nesta pesquisa a importância da presença do intérprete de libras nas salas de aula, e como isso contribui no desenvolvimento dos alunos surdos, no que se refere ao seu processo de ensino/aprendizagem, haja vista, que é essencial abordamos esse tema pelo motivo de que existem poucos estudos relacionados a este, então buscamos caminhos possíveis para contribuir de uma forma positiva para um melhor ensino-aprendizagem dos alunos, especialmente aqueles que possuem deficiência auditiva.

Além disso, é fundamental reconhecer que a formação e a qualificação dos intérpretes de Libras são essenciais para a eficácia de sua atuação em sala de aula. A formação continuada desses profissionais deve abranger não apenas a fluência em libras e a tradução simultânea, mas também competências pedagógicas que lhes permitam adaptar os conteúdos de forma adequada às necessidades dos alunos surdos.

A colaboração entre intérpretes e professores, juntamente com o apoio institucional, é crucial para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e

eficaz. Dessa forma, investir na formação dos intérpretes e na conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância da educação inclusiva pode levar a um avanço significativo na qualidade do ensino para alunos com deficiência auditiva.

A inclusão educacional de estudantes surdos demanda não apenas a presença de intérpretes de Libras nas salas de aula, mas também a criação de uma cultura inclusiva que permeie todo o ambiente escolar. Essa cultura inclusiva deve ser promovida através de políticas educacionais robustas, formação continuada para todos os profissionais envolvidos no processo educacional, e estratégias pedagógicas que considerem as especificidades dos alunos surdos.

Primeiramente, é essencial que as políticas educacionais sejam desenvolvidas de forma a garantir a disponibilidade de intérpretes de Libras em todas as etapas da educação básica. O acesso a esse profissional deve ser visto como um direito dos alunos surdos, garantindo-lhes igualdade de oportunidades educacionais. Segundo o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sobre a Língua Brasileira de Sinais, e o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, é obrigação do Estado assegurar que os sistemas educacionais contemplem a inclusão desses alunos.

Além disso, a formação continuada dos intérpretes de libras é um aspecto crucial. Os intérpretes devem ser capacitados não apenas em termos de fluência na língua de sinais e tradução simultânea, mas também em metodologias pedagógicas inclusivas. A formação desses profissionais deve incluir conhecimento sobre as estratégias de ensino mais eficazes para alunos surdos, a fim de que possam adaptar os conteúdos de forma a maximizar a compreensão e participação desses estudantes.

A interação entre intérpretes de libras e professores é outro ponto fundamental. Para que essa interação seja produtiva, é necessário que haja uma comunicação constante e colaborativa entre esses profissionais. Professores devem ser sensibilizados e treinados para trabalhar em conjunto com intérpretes, reconhecendo o papel crucial que desempenham no processo de ensino-aprendizagem. A formação docente deve, portanto, incluir conhecimentos sobre educação inclusiva e estratégias de ensino para alunos com deficiência auditiva.

O apoio institucional também se mostra fundamental para a criação de um ambiente inclusivo. Escolas devem dispor de recursos adequados para garantir a acessibilidade dos alunos surdos, como materiais didáticos

adaptados e tecnologias assistivas. A gestão escolar deve estar comprometida com a inclusão, promovendo ações que favoreçam a conscientização de toda a comunidade escolar sobre a importância da educação inclusiva.

Além dessas medidas, é essencial ouvir os próprios alunos surdos e suas famílias, envolvendo-os no planejamento e na implementação das políticas e práticas educacionais. Suas perspectivas e experiências podem fornecer *insights* valiosos sobre as melhores formas de apoiar o seu aprendizado e desenvolvimento.

QUEM É O SURDO?

Tratando-se da pessoa com deficiência auditiva, os autores, Araújo Nascimento e Seixas (2021) relatam em seus estudos que a sociedade atual atribui muito valor às pessoas com perfeição física e pouca valorização às pessoas com algum tipo de deficiência, o que engloba, as pessoas com surdez ou deficiência auditiva, em que estas foram desvalorizadas desde a antiguidade até os dias atuais.

As pessoas com surdez são membros da sociedade em que estão inseridas e querem ser vistas como tal e com os mesmos direitos, pois a disparidade encontra-se no modo como se comunicam. A Lei 10.098 (artigo 2º), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, define que a pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (Brasil, 2000, p.1).

Nesse sentido, o Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 em seu capítulo I, art. 2º e parágrafo único menciona que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências [sic] de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

As possibilidades de audição ocorrem pelos decibéis (dB) que influenciam no que e como a pessoa com surdez percebe os sons, por isso precisamos compreender esta questão a partir do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de

2004 que em seu Capítulo II considera deficiência auditiva aquela pessoa que tem perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000Hz, e 3.000Hz (Brasil, 2004).

Desse modo, a deficiência auditiva acomete o indivíduo, em qualquer fase da vida, ocasionando limitações nas suas formas de se comunicar, bem como no desempenho das suas atividades sociais. No quadro 1, destacamos os graus da deficiência auditiva, bem como as suas principais caracterizações, que são classificadas em: (I) deficiência auditiva leve, (II) deficiência auditiva moderada, (III) surdez severa e (IV) surdez profunda (Nascimento e Seixas, 2021).

Reiteremos, pois que compreender as diferentes classificações da deficiência auditiva é essencial para a formulação de estratégias educacionais e sociais que atendam às necessidades específicas de cada indivíduo, uma vez que a correta identificação e classificação dessas deficiências auditivas são fundamentais para a implementação de medidas educacionais inclusivas e eficazes, garantindo que os indivíduos com perda auditiva possam participar plenamente da vida social e educacional.

Quadro 1: Graus da deficiência auditiva e surdez

Deficiência auditiva leve	Deficiência auditiva moderada	Surdez severa	Surdez profunda
A criança é capaz de perceber os sons da fala; adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente; o problema geralmente é tardiamente descoberto; dificilmente se coloca o aparelho de amplificação porque audição é muito próxima do normal.	A criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com clareza; tem dificuldade em perceber a fala em ambientes ruidosos; são crianças desatentas e com dificuldade no aprendizado da leitura e escrita.	A criança terá dificuldades em adquirir a fala e a linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do contexto familiar; existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.	A criança dificilmente desenvolverá a linguagem oral espontaneamente; só responde auditivamente a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de carro e avião; frequentemente utiliza a leitura orofacial; necessita fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear; bem como de acompanhamento especializado.

Fonte: Nascimento e Seixas (2021).

Como mencionado no quadro pode-se perceber de forma clara, que a deficiência auditiva leve, é muito próxima do normal, já a deficiência auditiva moderada, a pessoa apresenta dificuldades em perceber a fala em ambientes ruidosos, tendo também dificuldades de aprendizagem. Enquanto que na

surdez severa, existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação sonora e acompanhamento especializado e a surdez profunda, considerada a mais grave, faz-se necessário fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado.

Nessa perspectiva, a escola tem a tarefa de propiciar aos estudantes com surdez estratégias significativas de ensino e de aprendizagem, proporcionando a inclusão desse público. Assim, pontuamos que “As instituições escolares ficaram incumbidas de proporcionar acessibilidade linguística aos alunos surdos usuários da libras, como parte fundamental do processo de inclusão no meio acadêmico” (Oliveira, 2023, p. 18).

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO SISTEMA DE ENSINO REGULAR

Tendo em vista que a inclusão é algo que devemos buscar ter um olhar mais sensível, ela é de suma importância no âmbito escolar, para assim construirmos um ambiente mais inclusivo, buscando uma melhor contribuição no desenvolvimento de todos os alunos, especialmente aqueles que possuem alguma deficiência, a exemplo do autismo, dislexia, surdez etc.; o foco é compreendermos a inclusão do aluno surdo no ensino regular.

Percebemos que ultimamente no nosso atual contexto brasileiro há muitas barreiras que minimizam o êxito no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, seja pela dificuldade do professor em lidar com tais situações com o educando atípico, seja pela falta de capacitação, pois sabemos que o professor é o principal mediador entre o aluno e o conhecimento.

Por isso, é importante fornecer possibilidades para que ocorra a inclusão, diante desse viés é importante destacar que o artigo 88 da lei nº 13.146/2015, diz que, qualquer forma de exclusão é reconhecida como crime. Preto; Silva; Schmitt; Druzian e Soares (2020) afirmam que:

[...] percebe-se que nas escolas “inclusivas” tal fator não foi considerado, pois a maioria dos professores e alunos ouvintes, não tem o domínio amplo da libras, deste modo, o ensino aprendizagem é afetado e a cultura surda não é considerada, predominando na maioria das escolas a cultura ouvinte (grifo dos autores).

É de suma importância, os docentes adotarem a libras pois irão conseguir de uma forma inclusiva se comunicar com tais alunos nos quais vão ter contato

na sua sala de aula, por isso que é ofertada nos cursos superiores a disciplina de libras, para justamente o professor buscar uma melhor capacitação.

A inclusão escolar é justamente acolher qualquer aluno, sem restrições de cor, nível social ou aspectos físicos e/ou psicológicos, pois não raro, alguns educadores acreditam que quando se fala em inclusão está associado apenas ao aluno com deficiência. Mas é importante que o docente tenha esse conhecimento sobre o que é incluir todos os seus alunos nas práticas socio-comunicativas (Preato; Silva; Schmitt; Druzian e Soares, 2020).

Assim o aluno com surdez, precisa de todo aparato pedagógico e social para que possa sentir-se e ser efetivamente incluído na educação regular. Segundo Barbosa (2007), a ausência do intérprete de libras na sala de aula para ajudar o aluno dificulta muito o ensino do mesmo no seu desenvolvimento educacional. Gotti (2007), reitera esta reflexão ao sinalizar que sem a libras o aluno tem que se concentrar apenas na leitura labial e grande parte da mensagem se perde, ou seja, é importante para aquele aluno a presença do intérprete para ajudá-lo. Barbosa (2007, p. 45) acrescenta:

[...] com o apoio do instrutor de libras o aluno que ainda não a adquiriu poderá aprendê-la e para aqueles que já a dominam, a importância do intérprete será ainda mais eficaz, pois possibilitará ao aluno surdo compreender o conteúdo disciplinar que o professor estiver aplicando ou explicando para toda a classe.

Diante desse pressuposto, percebemos a importância desse apoio, justamente pelo fato de o aluno conseguir acompanhar o que o professor está explicando para toda a classe, sendo um meio eficaz para o ensino-aprendizagem do aluno com surdez, pois ele terá uma melhor compreensão do conteúdo ali abordado, por isso que é importante que as escolas possuam uma boa capacitação para isto.

Percebe-se que ultimamente as escolas regulares possuem um grande déficit em razão da falta de educadores especializados para o aluno surdo, pois como pontua Barbosa (2007), existe menos apoio nas escolas de ensino regular, porque tal paradigma ainda não foi implementado com eficiência, por isso que existem muitas barreiras as quais devem ser quebradas e que a comunidade escolar não está preparada para receber um estudante surdo.

Assim, Barbosa (2007, p. 47), ainda nos afirma que: [...] “o corpo escolar não sabe como atender às suas necessidades educacionais especiais. Porém,

a inclusão oferece de forma radical subsídios para incluir o aluno com N.E.E, sem exceção e sem discriminar as diferenças, ou melhor, à diversidade”.

Portanto, existem meios nos quais devemos buscar para que ocorra a inclusão desses alunos com surdez na sala de aula regular, pois é justamente isso que nos oferece a inclusão social, formas e maneiras de lidarmos com as diferenças e particularidades de cada aluno, pois cabe a nós docentes acreditarmos em um futuro no qual tenhamos um êxito positivo na inclusão e no desenvolvimento dos alunos surdos, buscando caminhos possíveis para uma melhor qualificação dos educadores e das escolas regulares.

Diante do que foi exposto até o momento sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular, na próxima seção abordamos sobre a importância do profissional intérprete de libras, e sua relação com o aluno surdo, cabendo aqui dizer a importância de compreendermos sobre essa relação de ambos.

O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS E SUA RELAÇÃO COM O ALUNO SURDO

O profissional intérprete de Libras desempenha uma função significativa na inclusão educacional de alunos surdos, pois sua atuação vai além da simples tradução de palavras, envolve a mediação de contextos culturais, sociais e pedagógicos, garantindo que os alunos surdos tenham acesso pleno ao conteúdo educacional.

No Brasil, a inclusão de intérpretes de Libras nas instituições de ensino é um avanço significativo na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva (Souza, 2024). Conforme o Ministério da Educação, Lei nº 10.098/2000, Capítulo VI da acessibilidade nos veículos de transporte coletivo, no art. 18, estabelece o seguinte:

O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (Brasil, 2000, p.4).

A iniciativa do poder público de formar profissionais para atuarem nas funções de intérpretes na escrita em braile, língua de sinais e guias-intérpretes serve para promover a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência.

No entanto, é necessário assegurar que essa formação seja contínua e de alta qualidade, além de garantir a aplicação prática dessas habilidades no cotidiano das pessoas com deficiência sensorial e dificuldades de comunicação. Somente assim será possível transformar a intenção política em uma mudança real e efetiva na vida dessas pessoas.

O intérprete de libras atua na mediação da comunicação entre professores e alunos surdos, facilitando a compreensão de conteúdos e a participação ativa desses estudantes nas atividades escolares. Esse profissional deve possuir um profundo conhecimento tanto da libras quanto da língua portuguesa, além de habilidades pedagógicas para adaptar os conteúdos de forma que sejam acessíveis e compreensíveis para os alunos surdos. (Almeida; Córdula, 2017). Para Damázio (2007, p. 50):

É absolutamente necessário entender que o tradutor e intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior.

A relação entre o intérprete de libras e o aluno surdo é baseada na confiança e no respeito mútuo. O intérprete não é apenas um tradutor, mas também um facilitador de aprendizagem que auxilia o aluno a superar as barreiras linguísticas e culturais presentes no ambiente escolar. Para que essa relação seja eficaz, é necessário que o intérprete compreenda as necessidades individuais de cada aluno, adaptação do conteúdo e estilo de ensino de acordo com as capacidades e habilidades do estudante.

Um dos principais desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras é a diversidade de perfis dos alunos surdos, que podem variar em termos de idade, grau de surdez, nível de proficiência na libras. Para lidar com essas variáveis, os intérpretes precisam de uma formação contínua e de estratégias pedagógicas flexíveis. Além disso, a colaboração com professores, famílias e outros profissionais da educação torna-se importante para criar um ambiente inclusivo e de suporte (Lunetta; Peixoto, 2019).

A relação de confiança e de cooperação entre o intérprete e o aluno é fundamental para o sucesso desse processo. Embora existam desafios significativos, a dedicação dos intérpretes e a colaboração entre todos os envolvidos no ambiente escolar são essenciais para superar as barreiras e promover uma

educação verdadeiramente inclusiva. Dessa forma, o trabalho dos intérpretes de libras contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O papel do intérprete de libras também se estende para além do ambiente escolar, incluindo a participação em eventos culturais, sociais e esportivos. A presença desses profissionais em diferentes contextos da vida cotidiana dos surdos é fundamental para garantir que eles tenham acesso a informações e oportunidades de interação social, promovendo assim uma inclusão plena e equitativa. A formação contínua dos intérpretes deve contemplar essas diversas áreas de atuação, preparando-os para lidar com uma variedade de situações e necessidades comunicativas.

Ademais, a tecnologia tem se mostrado uma aliada importante na atuação dos intérpretes de libras. Ferramentas digitais, aplicativos e plataformas de vídeo têm facilitado a comunicação e ampliado o alcance dos serviços de interpretação. No entanto, é essencial que essas tecnologias sejam utilizadas de forma ética e com respeito às especificidades da libras e da cultura surda. A integração das tecnologias deve ser feita de maneira a complementar o trabalho dos intérpretes, garantindo que não substituam a presença humana, que é crucial para a mediação de nuances culturais e emocionais na comunicação.

Por fim, a valorização profissional dos intérpretes de libras é um ponto crucial para assegurar a qualidade dos serviços prestados. Isso inclui não apenas a remuneração adequada, mas também o reconhecimento formal e a criação de políticas públicas que promovam condições dignas de trabalho e oportunidades de desenvolvimento profissional. Investir na formação e na valorização dos intérpretes de libras é investir na inclusão e na equidade, garantindo que as pessoas com surdez possam participar plenamente da sociedade e exercer seus direitos de forma plena e efetiva.

ENSINO E APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE SURDO NAS SALAS DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O processo de ensino-aprendizagem refere-se à interação dinâmica e contínua entre ensinar e aprender, envolvendo métodos, estratégias e práticas que facilitam a aquisição de conhecimento, habilidades, valores e atitudes pelos estudantes. Este processo é bilateral e participativo, onde tanto o professor quanto o aluno desempenham papéis ativos e colaborativos (Silva, 2009).

Para Rodrigues (2005, p. 433), “[...] os professores se preocupam com a aprendizagem dos alunos, mas esta, só ocorrerá na medida em que os alunos estejam interessados [...]”. Quando os alunos estão interessados, eles se envolvem de maneira mais profunda com o conteúdo, fazem perguntas, procuram resolver problemas e participam das discussões. Esse envolvimento ativo facilita a compreensão e a retenção do conhecimento.

Por outro lado, quando os alunos estão desinteressados, a aprendizagem se torna superficial e menos eficaz. Durante a aprendizagem, os alunos transitam de um ensino mais lúdico e orientado para um aprendizado mais formal e estruturado. A ênfase é colocada na aquisição de habilidades cognitivas mais complexas, como a capacidade de analisar, sintetizar e aplicar conhecimentos de maneira crítica e criativa.

As disciplinas se tornam mais segmentadas e especializadas, abrangendo áreas como matemática, ciências, história e geografia, além do desenvolvimento contínuo das competências em língua portuguesa e línguas estrangeiras. Ao abordar o processo de aprendizagem dos educandos, é pensado diversos fatores para ajudar no desenvolvimento.

Porém, a aprendizagem do aluno surdo envolve uma série de adaptações e metodologias específicas para garantir que ele tenha acesso pleno ao processo educativo e consiga desenvolver suas habilidades e conhecimentos de maneira eficaz. A inclusão de alunos com surdez na educação regular ou especializada requer uma abordagem multifacetada que leva em consideração suas necessidades linguísticas e culturais, bem como o uso de tecnologias assistivas, incluindo ainda a atuação do intérprete na sala de aula (Pozzer, 2015).

O intérprete de libras é responsável por traduzir o conteúdo falado pelo professor para a língua de sinais, garantindo que os alunos surdos compreendam as explicações, instruções e materiais apresentados. Da mesma forma, o intérprete traduz as respostas e perguntas dos alunos surdos para o professor e colegas, facilitando, assim, a comunicação bidirecional.

A inclusão de alunos surdos no ambiente educacional também exige a sensibilização e a capacitação dos professores e demais profissionais da educação. É fundamental que os docentes estejam preparados para trabalhar em parceria com intérpretes de libras e para adaptar suas metodologias de ensino, tornando-as acessíveis e inclusivas. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, como slides e vídeos legendados, além da adoção de estratégias de

ensino diferenciadas que considerem as especificidades da aprendizagem dos alunos surdos.

Além disso, a criação de um ambiente de sala de aula inclusivo vai além da simples presença de um intérprete. É necessário promover a interação entre alunos surdos e ouvintes, fomentando uma cultura de respeito e valorização da diversidade. Atividades colaborativas, grupos de estudo mistos e projetos integrados são algumas das estratégias que podem ser adotadas para promover essa interação. Quando todos os alunos participam ativamente do processo de aprendizagem e respeitam as diferenças individuais, a inclusão se torna mais efetiva e enriquecedora para todos.

Outra dimensão importante a ser considerada é a avaliação dos alunos surdos. As práticas avaliativas devem ser adaptadas para garantir que os alunos surdos possam demonstrar plenamente suas competências e conhecimentos. Isso pode incluir a utilização de provas escritas em libras, avaliações orais com a mediação de intérpretes ou a criação de tarefas práticas que permitam a expressão de habilidades de forma visual e prática. A avaliação deve ser vista como um processo contínuo e formativo, que auxilia na identificação das necessidades de cada aluno e no planejamento de intervenções pedagógicas adequadas.

O apoio à família dos alunos surdos também é crucial para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. As famílias precisam estar envolvidas e informadas sobre o progresso escolar de seus filhos, bem como sobre as estratégias e adaptações que estão sendo implementadas. Oferecer suporte e orientação às famílias, por meio de reuniões periódicas, workshops e materiais informativos, contribui para fortalecer a parceria entre escola e família, criando uma rede de apoio sólida para o aluno.

Finalmente, a implementação de políticas públicas que promovam a formação continuada de profissionais da educação, a aquisição de tecnologias assistivas e a garantia de recursos adequados para as escolas são essenciais para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade.

O compromisso com a educação inclusiva deve ser compartilhado por toda a sociedade, desde os gestores educacionais até os próprios alunos e suas famílias, de modo a construir um ambiente escolar acolhedor e equitativo para todos. A inclusão dos alunos surdos, portanto, não é apenas uma questão de acesso, mas de garantir que eles tenham as mesmas oportunidades

de aprender e se desenvolver plenamente, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho investigamos a importância da presença do intérprete de libras nas salas de aula, e como isso contribui no desenvolvimento dos alunos surdos e como torna-se eficaz no seu ensino/aprendizagem ter um profissional altamente qualificado para ajudá-lo, ocorrendo assim uma relação da educação e da inclusão nesse âmbito, haja vista, que é essencial abordarmos esse tema pelo motivo de que existem poucos estudos relacionados a este, então buscamos caminhos possíveis para contribuirmos de uma forma positiva para um melhor ensino-aprendizagem dos alunos com surdez.

Tendo em vista os argumentos apresentados no decorrer dessa pesquisa, é importante ressaltarmos a importância da questão problema, que é justamente o grande déficit da presença do intérprete de libras nas salas de aula, e o quanto é importante é que haja uma melhor capacitação dos professores, adotando assim a Língua Brasileira de Sinais, para ajudar seu aluno, contribuindo assim para um melhor ensino-aprendizagem do mesmo.

A presença do intérpretes de libras é fundamental para quebrar as barreiras comunicativas, facilitando a compreensão e a participação ativa dos alunos surdos nas atividades escolares. Além de promover a inclusão social, a implementação efetiva do intérpretes de libras contribui para a formação de um ambiente educacional mais justo e igualitário, em que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e social.

Ao focar nessa questão, estamos não apenas atendendo aos direitos dos alunos surdos, mas também enriquecendo a prática pedagógica e avançando rumo a uma educação mais inclusiva e acessível para todos.

O nosso escrito ressalta a importância que há de buscarmos e contribuirmos com a inclusão social, pois sabemos que é de suma importância, principalmente no âmbito escolar, em que vemos ultimamente que necessitamos que seja trabalhado esse contexto, pela extrema importância e urgência das conquistas dessa almejada inclusão dos estudantes atípicos.

A inclusão dos alunos surdos no sistema educacional vai além da simples presença de intérpretes de libras. Ela envolve um esforço coordenado entre

professores, gestores, intérpretes e a comunidade escolar em geral para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo. É essencial que todos os profissionais envolvidos estejam cientes de suas responsabilidades e preparados para atender às necessidades específicas desses alunos, garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades iguais de aprendizagem.

Para tanto, a formação continuada dos professores deve ser uma prioridade. Capacitar docentes para utilizar a Língua Brasileira de Sinais em suas práticas pedagógicas não apenas facilita a comunicação com os alunos surdos, mas também enriquece o processo educativo como um todo. Professores bem preparados são capazes de adaptar conteúdos e metodologias, tornando o aprendizado mais acessível e significativo para todos os estudantes.

Além disso, a presença de intérpretes de libras nas salas de aula deve ser complementada por materiais didáticos adequados e tecnologias assistivas, que possam auxiliar na compreensão e no desenvolvimento das habilidades dos alunos surdos. Outro ponto crucial é a conscientização e o engajamento de toda a comunidade escolar.

A inclusão não deve ser vista apenas como uma responsabilidade dos professores e intérpretes, mas como um compromisso coletivo que envolve alunos, pais, gestores e outros profissionais da educação. Promover campanhas de sensibilização, workshops e eventos que celebrem a diversidade e a inclusão pode ajudar a construir uma cultura escolar mais acolhedora e respeitosa, em que todos os estudantes se sintam valorizados e apoiados.

Além disso, a pesquisa e a documentação das melhores práticas pedagógicas são fundamentais para avançar nessa área. Estudos que investiguem o impacto da presença de intérpretes de libras na performance acadêmica e no bem-estar dos alunos surdos podem fornecer dados valiosos para a formulação de políticas públicas e programas educacionais. É necessário investir em pesquisa contínua para identificar desafios, avaliar estratégias e disseminar conhecimentos que possam ser aplicados em diferentes contextos educacionais.

É importante também que os governos e as instituições educacionais assumam um papel ativo na promoção da inclusão. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas e a alocação de recursos adequados para a formação de intérpretes de libras e professores, bem como para a implementação de infraestrutura acessível nas escolas. A criação de redes de apoio e colaboração entre escolas, universidades e organizações especializadas pode fomentar a troca de experiências e a disseminação de práticas inclusivas.

Em suma, a presença de intérpretes de libras nas salas de aula é apenas uma parte do complexo processo de inclusão dos alunos surdos no sistema educacional. Para que esses estudantes possam realmente alcançar seu pleno potencial, é necessário um esforço conjunto e contínuo de todos os envolvidos, desde a formulação de políticas públicas até a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Somente assim poderemos construir um sistema educacional mais justo, igualitário e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Severina Mariano da Silva; CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **O papel do intérprete de Libras no processo de ensino-aprendizagem do (a) aluno (a) surdo (a)**. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/14/o-papel-do-intreprete-de-libras-no-processo-de-ensino-aprendizagem-do-a-aluno-a-surdo-a>. Acesso em: 02 jun. 2024.

NASCIMENTO, José Alexsandro de Araújo; SEIXAS, Jannyse Andrade. Deficiência auditiva e surdez: Do abandono à inclusão. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 8, n. 24, p. 74-86, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/510/372>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BARBOSA, Meire Aparecida. **A inclusão do surdo no ensino regular**: A legislação. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília. Marília, p. 73, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/surdo_sistemaregul ar.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2 dez, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.faculdefama.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/16/Atendimento%20educacional%20especializado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jun. 2024.

GOTTI, Michel. **Regulamentação da libras**. São Paulo: 2007. Disponível em: <https://unidestrava.com.br/cursos-de-libras>. Acesso em: 04 jun. 2024.

LUNETTA, Avaetê; RODRIGUES, Guerra. Os desafios da formação do tradutor/intérprete de libras no Brasil. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v. 1, n 161, 2019.

Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/14_avaete_os_desafios_da_formacao_profissional_do_tradutor_interprete_de_libras_no_brasil_0.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

OLIVEIRA, Patrícia Cardoso. **Aspectos que conferem complexidade a interpretação na perspectiva do intérprete educacional do ensino médio**, Dissertação

de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/18413/Disserta%3%a7%c3%a3o%20para%20deposito%20-%20Patricia%20Cardoso%20de%20Oliveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun. 2024.

POZZER, Angélica. **A inclusão de alunos surdos em escola regular e os desafios para a formação de professores**. Dissertação de mestrado. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, 2015. Disponível em: https://ppgedu.fw.uri.br/storage/siteda4b9237bacccdf19c0760cab7aec4a8359010b0/dissertaco%20es/discente19/arq_1620321185.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

PREATO, Dânei de Oliveira et al. Inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 73692-73705, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRID/article/view/17559/14248>. Acesso em: 04 jun. 2024.

RODRIGUES, Armindo José. A organização e gestão do processo ensino-aprendizagem no 1º ciclo do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, p. 429-444, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/j8wn8RRqbsYPzWZyyNGq5tw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SILVA, Vandeí Pinto. **Didática e o processo de ensino e aprendizagem: Intencionalidade e autonomia**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5dff0728-9355-4cf4-8733-f521d7eed4c3/content>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOUZA, Rafael. **O Papel do Libras na Educação Inclusiva**. 2024. Disponível em: <https://www.vlibras.com.br/o-papel-do-libras-na-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 29 mai. 2024.